

Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento (*)

ISABEL CORREIA (**)

JORGE VALA (**)

A evidência empírica e a experiência quotidiana muitas vezes mostram que vítimas inocentes além de terem de se confrontar com as consequências negativas provocadas pelo fenómeno que as vitimizou (vitimização primária, Brickman et al., 1982), são vitimizadas uma segunda vez (vitimização secundária, Brickman et al., 1982) pelas outras pessoas que com elas interagem (hetero-vitimização secundária) ou por elas próprias (auto-vitimização secundária). Esta

vitimização secundária pode assumir várias formas, como a minimização do sofrimento da vítima (e.g. Rosenberg em 1994 evidenciou que muitas vezes os observadores exteriores minimizavam o sofrimento de crianças maltratadas), a evitação da vítima (e.g. Snyder, Kleck, Strenta & Mentzer em 1979 observam que as pessoas tendem a evitar o contacto com deficientes), a desvalorização da vítima (e.g. Stein em 1973 mostrou experimentalmente, que uma pessoa a quem acontece algo de mau, embora considerada menos responsável por esse destino, é avaliada como menos atraente do que uma pessoa que se confronta com um destino neutro), e a culpabilização da vítima (e.g. Borgida & Brekke em 1985 mostraram que muitas vezes os observadores acreditam que as vítimas de violação agiram de modo sedutor em relação ao violador).

Este fenómeno tem sido identificado em situações de vitimização muito diversas tais como vítimas de assédio sexual (Baugh, 1997), vítimas de pobreza (Vala, 1993), vítimas de cancro (Sontag, 1998), vítimas seropositivas e/ou com SIDA (Heaven, Connors, & Kellehear, 1990), vítimas de desemprego (Dalbert, 1997), vítimas de viola-

(*) Este trabalho foi parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através dos Programas PRAXIS XXI (Processo PRAXIS/P/PSU/12091/98) e POCTI (Processo POCTI/P/PSI/12091/98).

Os estudos que apresentamos neste artigo foram já publicados ou estão em preparação para publicação noutras revistas, separadamente e num formato mais detalhado. O modo mais resumido como os apresentamos aqui permite a sua apresentação conjunta possibilitando assim responder de um modo integrado ao problema formulado.

(**) ISCTE, Lisboa.

ção (Cubela, 1999) e vítimas do processo de envelhecimento (Nishimura & Takahashi, 1988; ver Correia, 2001 para uma revisão de literatura).

A teoria da crença no mundo justo (CMJ) (Lerner, 1980) teve na sua origem a constatação do fenómeno de vitimização secundária e tentado explicá-lo enquanto fenómeno funcional com um carácter adaptativo. Segundo esta teoria, todas as pessoas, em maior ou menor grau, têm necessidade de acreditar que o mundo é justo e deste modo acreditam que cada pessoa tem o que merece (Lerner & Simmons, 1966), ou que «as coisas boas acontecem a pessoas boas» (Lerner, 1987, p. 110) e «as coisas más acontecem a pessoas más» (Lerner, 1998, p. 251).

Assumindo esta crença como verdadeira, a possibilidade de uma vítima ser inocente torna-se uma hipótese incongruente sendo, pelo contrário, congruente que a responsabilidade da vitimização resida na própria vítima, ou seja, que a vítima seja não-inocente. Deste modo, segundo esta teoria, a crença no mundo justo e a motivação para o seu restabelecimento, sempre que esta é ameaçada pelo confronto com situações de injustiça, são mecanismos psicológicos que mantêm a ilusão de invulnerabilidade pessoal necessária à manutenção da confiança no futuro e à realização de investimentos a longo prazo.

Os estudos experimentais que levaram à formulação desta teoria foram desenvolvidos nos anos 60. Num primeiro estudo (Lerner, 1965), a tarefa dos participantes consistia em observar e avaliar o trabalho de duas pessoas (comparsas) que realizavam uma tarefa em conjunto. Os participantes eram informados de que essas duas pessoas tinham aceite realizar essa tarefa o melhor que podiam, embora soubessem que, por escassez de recursos, só um deles seria pago pela sua participação. A selecção do participante que iria ser pago era feita ao acaso e os indivíduos que realizavam a tarefa só saberiam no final da mesma qual o resultado do sorteio que determinava essa selecção. A manipulação experimental consistia na informação dada aos participantes sobre qual dos dois indivíduos iria ser pago, informação essa que era dada no início do estudo. Lerner previa que os observadores avaliariam mais positivamente o trabalho do indivíduo seleccionado para ser pago do que o trabalho do indivíduo não seleccionado. Deste modo, asse-

gurariam que não ocorreu nenhuma injustiça. Os resultados apoiaram a hipótese. Lerner concluiu que as pessoas se baseiam no resultado de um determinado acontecimento para dar sentido ao que observaram, mesmo quando esse resultado é determinado pelo acaso e as pessoas o sabem. Assim podem preservar a sua CMJ, dado que não consideram que esteja envolvida qualquer injustiça.

Num outro estudo, Lerner e Simmons (1966) analisaram o modo como as pessoas reagem perante outras pessoas que sofrem sem terem feito nada para merecer esse sofrimento. Estes autores previam que os participantes confrontados com uma situação em que uma vítima está a sofrer e sem poder para impedir que essa vítima sofra, tal como no estudo anterior, iriam tentar redefinir a situação de modo a que esta fosse percebida como justa. As participantes, do sexo feminino, esperavam alguns minutos numa sala de espera e a elas juntava-se uma comparsa do experimentador que se fazia passar por outra estudante. O estudo era apresentado como sendo sobre percepção de emoções, e a vítima (comparsa) deveria participar num segundo estudo sobre aprendizagem humana. As participantes iriam observar a reacção da comparsa no estudo sobre aprendizagem. Assim, a informação de que a condição que lhe tinha sido atribuída implicava receber choques eléctricos era dada à comparsa apenas momentos antes do início do estudo.

As participantes foram distribuídas por seis condições experimentais. Na condição «recompensa», no final da sessão as participantes podiam decidir, por votação secreta, se o sofrimento da vítima iria continuar ou não e, seguidamente, eram informadas de que o resultado dessa votação tinha sido no sentido da cessação do sofrimento pelo que, na próxima sessão, a vítima receberia dinheiro pelo seu desempenho. Nesta condição as participantes tinham, pois, oportunidade para influenciar o destino da vítima e tinham ainda a confirmação de que o tinham conseguido alterar. Na condição «decisão de recompensa», no final da sessão as participantes podiam decidir, por votação secreta, se o sofrimento da vítima iria continuar ou não, mas não eram informadas sobre o resultado dessa votação. Nesta condição as participantes tinham então oportunidade para influenciar o destino da vítima mas, ao contrário da condição anterior,

não tinham a confirmação de que o tinham conseguido alterar. Na condição «fim da experiência», no final da sessão as participantes eram informadas de que o estudo tinha acabado e, consequentemente, o sofrimento da vítima também. Na condição «meio da experiência», no final da sessão as participantes eram informadas de que o estudo iria continuar após um intervalo e, portanto, o sofrimento da vítima também. Na condição «passado», no final da sessão as participantes eram informadas de que a gravação a que tinham assistido já tinha sido feita há algum tempo e que, portanto, nesse momento a vítima estava bem. Na condição «mártir», a vítima começava por recusar participar num estudo em que ia apañhar choques mas, após a insistência do experimentador, aceitava explicitamente submeter-se aos choques para não inviabilizar o desenrolar do estudo e, desse modo, não prejudicar os observadores. No final da sessão as participantes eram informadas de que o estudo tinha acabado e, assim, o sofrimento da vítima também.

Os resultados mostraram que a vítima foi avaliada mais negativamente na condição «mártir» e menos negativamente nas condições «recompensa», «passado» e «fim da experiência», confirmando assim a predição de que é nas condições em que é dito aos participantes que a vítima já não voltará a sofrer (condição «recompensa», «passado», e «fim da experiência») que ocorre menor desvalorização da vítima. Estas situações parecem ser menos ameaçadoras para a concepção das pessoas acerca da justiça da situação e, portanto, desencadearão menor motivação para desvalorizar a vítima. Estes resultados levaram Lerner e Simmons (1966) a concluir que, muitas vezes, as pessoas «normais» podem avaliar negativamente as vítimas inocentes quando não podem intervir para corrigir a injustiça. Além da desvalorização das vítimas, os autores referem ainda outras distorções encontradas na avaliação das observadoras desta situação como a negação do sofrimento da vítima, alegando que esta está a exagerar, e a distorção das condições em que a vítima se voluntariou para o estudo, considerando que esta já tinha conhecimento de que iria ser submetida a choques eléctricos.

Uma década mais tarde, a construção de uma escala de CMJ por Rubin e Peplau (1973, 1975) levou à realização de muitos estudos correlacionais em detrimento dos estudos experimentais

que tinham servido de base à formulação da teoria. Nos estudos experimentais, a manipulação da ameaça à crença no mundo justo dos participantes era feita induzindo situações com diferentes graus de gravidade (vitimização primária) e, depois, media-se a vitimização secundária. Nos estudos correlacionais passou-se a medir a associação entre a crença no mundo justo de um indivíduo e o grau de vitimização secundária. Estes estudos têm mostrado que as pessoas com maior crença num mundo justo (CMJ) recorrem mais à vitimização secundária do que as pessoas com menor CMJ, tanto no caso da auto-vitimização secundária, ou seja, das vítimas em relação a si próprias (e.g. Montada, 1998), como no caso da hetero-vitimização secundária, ou seja, por parte dos observadores (e.g. Smith, 1985).

Uma outra linha de investigação que se desenvolveu principalmente nos anos 80 refere-se à associação entre a CMJ e o bem-estar psicológico e tem mostrado que tal como predito pela teoria (Lerner, 1980), a CMJ está positivamente associada ao bem-estar psicológico tanto de indivíduos vitimizados (e.g. Kiecolt-Glaser & Williams, 1987), como de indivíduos não vitimizados (e.g. Dalbert, 1999). Alguns estudos tentaram mesmo mostrar que a vitimização secundária leva à manutenção do bem-estar psicológico: em relação à auto-vitimização secundária os resultados têm-se mostrado contraditórios (ver Dalbert, 1998; e Dalbert, 2001, para revisões de literatura); em relação à vitimização secundária por parte dos observadores, embora a evidência empírica seja escassa os resultados sugerem que este processo contribui para a manutenção do bem-estar psicológico (e.g. Maes & Montada, 1989).

No entanto, uma das predições básicas da teoria em relação às condições em que a vítima é secundariamente vitimizada permanece ainda por testar: a vítima mais ameaçadora para a CMJ dos observadores e por isso mais secundariamente vitimizada será a vítima inocente cujo sofrimento persiste (Lerner, 1980).

De facto, de acordo com a teoria da CMJ, parece haver três factores que condicionam a reacção de um observador a uma vítima: o grau de CMJ do observador, a inocência da vítima, e a persistência do sofrimento da vítima. No entanto, não conhecemos nenhum estudo que tenha tenta-

do determinar o impacto destes três factores em conjunto. A maior parte dos estudos considera apenas um desses factores isoladamente (CMJ dos observadores, e.g. Montada, 1998; inocência da vítima, e.g. Comby, Devos, & Deschamps, 1995; persistência do sofrimento da vítima, e.g. Lerner & Simmons, 1966), no máximo dois (CMJ dos observadores e inocência da vítima, Hafer, 2000, Estudo 1).

Em relação aos estudos que medem o impacto da CMJ na vitimização secundária, a vasta maioria mostra que as pessoas com elevada CMJ vitimizam mais as vítimas do que as pessoas com baixa CMJ. Estes estudos têm recorrido a medidas diferentes da CMJ, diferentes participantes e diferentes situações de vitimização (Montada, 1998, ver Correia, 2001, para uma revisão de literatura).

No que diz respeito ao impacto da inocência da vítima na vitimização secundária as vítimas percebidas como inocentes são menos vitimizadas secundariamente do que as vítimas percebidas como não-inocentes (Horowitz, 1968; Schopler & Matthews, 1965; Weiner, Perry & Magnusson, 1988).

Quanto ao impacto da persistência do sofrimento da vítima na vitimização secundária, esta variável tem recebido muito pouca atenção por parte dos investigadores, embora Lerner e Simmons (1966) tenham mostrado num dos primeiros estudos que serviram de base empírica inicial à teoria, que uma vítima inocente cujo sofrimento ainda persiste é mais secundariamente vitimizada do que uma vítima inocente cujo sofrimento é temporário e já terminou. De facto, na quase totalidade dos estudos, a situação de vitimização é apenas brevemente referida e, muito frequentemente, não há informação sobre a persistência do sofrimento da vítima, deixando essa característica da situação à imaginação dos participantes. Ora, pensamos que essa é uma informação relevante para os participantes porque, tal como mostrou o estudo de Lerner e Simmons (1966) já referido, a persistência do sofrimento aumenta a ameaça que uma vítima inocente constitui para a CMJ de um observador.

Até ao momento presente, as diferentes operacionalizações das situações de vitimização consideradas também não permitiram uma avaliação sistemática do efeito conjunto da inocência da vítima e da CMJ do observador. O que se

pode concluir pela leitura destas pesquisas é que a situação de vitimização é apresentada aos observadores sem uma explicação dos factores que podem ter estado na origem dessa mesma situação, deixando-se os indivíduos deduzir sobre o grau de inocência. Por exemplo, apresenta-se uma vítima de cancro (e.g. Maes, 1994) sem nenhuma informação sobre se na base dessa doença poderá ter estado algum comportamento do doente. Apresenta-se uma vítima de violação (e.g. Kleinke & Meyer, 1990) sem explicar o contexto em que esse acontecimento ocorreu. Pede-se aos sujeitos que façam julgamentos sobre pessoas desempregadas (e.g. Montada, 1998) sem dizer quais as razões (pessoais ou situacionais) que levaram ao desemprego.

Ora nós pensamos que a inocência da vítima e a CMJ do observador consideradas em conjunto são importantes porque uma vítima não-inocente não é uma ameaça à CMJ. De facto, se a vítima é percebida como não-inocente o sofrimento é percebido como justo e, portanto, não deve haver razão para esperar uma reacção diferente dos observadores com elevada e baixa CMJ. Assim, em alguns estudos pode não ter havido um efeito da CMJ dos observadores na vitimização secundária porque os observadores perceberam as vítimas não como inocentes, mas sim como não-inocentes. Ora, a teoria da CMJ prediz que a ameaça à CMJ é especialmente elevada quando as pessoas com elevada CMJ se confrontam com uma vítima inocente.

Assim, os estudos empíricos que apoiam esta teoria têm sido realizados sem o controlo de todas as variáveis consideradas na teoria. Neste artigo apresentamos um conjunto de estudos empíricos que realizámos com o objectivo de colmar esta lacuna da investigação.

Antes de os apresentarmos reflectiremos sobre alguns problemas conceptuais ligados à definição de vítima.

De facto, e contrariamente ao que se poderia esperar, a questão da definição de vítima não tem recebido atenção especial por parte dos numerosos autores que estudam a vitimização. Assim sendo, estes usam a palavra «vítima» com o significado que ela tem no seu uso quotidiano, que é o de alguém que sofreu um dano (Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, 1987; Figueiredo, 1981). Por exemplo, Herbert e Dunkel-Schetter (1992) definem vítima como: «indivi-

duals for whom major negative life events occur... Further the term connotes some element of uncontrollability in the event, and that the event causes suffering or distress for the victim» (p. 498). Deste modo parece existir acordo quanto ao facto de que uma vítima é alguém que sofre. No entanto, permanece por esclarecer se uma vítima, por definição, será completamente inocente.

Etimologicamente a palavra vítima vem do latim e significa um animal que é oferecido em sacrifício a uma divindade (Machado, 1977). Deste modo, assume-se implicitamente que a vítima é inocente, dado que a escolha do animal a sacrificar não era pautada por nenhum critério de culpabilidade do animal sendo, pelo contrário, normalmente preferido um animal de tenra idade como, por exemplo, o cordeiro, sublinhando assim a inocência do mesmo. Os autores que estudam a relação entre a CMJ e a vitimização secundária não se têm preocupado em esclarecer esse aspecto, recorrendo um pouco indistintamente a expressões como vítima e vítima inocente, o que deixa em aberto se quando utilizam a expressão vítima pressupõem sempre que ela é inocente.

Na pesquisa que temos desenvolvido definimos inocência da vítima com base na ausência de controlo desta última sobre o acontecimento que a vitimizou, e consideramos que as vítimas podem variar no seu grau de inocência, desde vítimas totalmente inocentes a vítimas não-inocentes. Uma vítima é considerada inocente quando a vitimização se apresenta como resultando de um acontecimento ou facto que a vítima não pode controlar. Uma vítima não-inocente é alguém que teve algum controlo sobre o acontecimento que a vitimizou.

Para a definição de controlo, adoptámos a definição de Weiner et al. (1988) que considera a controlabilidade como o grau em que a situação de vitimização pode ser eliminada pelo comportamento do indivíduo estigmatizado (ver Skinner, 1996, para uma revisão de literatura sobre os construtos de controlo).

De acordo com o exposto no enquadramento teórico a este conjunto de estudos, uma vítima inocente, em comparação com uma vítima não-inocente, é mais ameaçadora para a CMJ dos observadores, especialmente quando o sofrimento persiste. Assim, quando se consideram como

variáveis independentes a CMJ dos observadores, a inocência da vítima, e a persistência do sofrimento da vítima, predizemos que os participantes com alta CMJ vitimizarão mais a vítima do que pelos participantes com baixa CMJ. Predizemos ainda que as vítimas inocentes serão menos vitimizadas secundariamente do que as vítimas não-inocentes. Adicionalmente espera-se que a inocência da vítima e a persistência do sofrimento moderem o impacto da CMJ na vitimização secundária. Assim, espera-se que a vítima não-inocente seja igualmente vitimizada pelos participantes com elevada e baixa CMJ mas, relativamente à vítima inocente cujo sofrimento persiste, a que constitui maior ameaça à CMJ, a resposta destes dois tipos de participantes deve ser diferente: os participantes com alta CMJ vitimizarão mais essa vítima do que os participantes com baixa CMJ. De facto, num mundo justo não há vítimas inocentes. Estes efeitos são uma premissa básica da teoria da CMJ que ainda não foi testada. Todos os estudos aqui apresentados tiveram como participantes estudantes universitários.

ESTUDO 1

Num primeiro estudo (Correia, Vala & Aguiar, 2001) começámos por analisar o impacto da inocência da vítima e da CMJ dos observadores nos julgamentos destes últimos em relação às vítimas cujo sofrimento persiste. Assim, as duas primeiras variáveis foram manipuladas e a última controlada.

A escolha da situação de vitimização foi baseada num estudo (Correia, 2001) em que pré-testámos 21 de situações de vitimização. A situação de vitimização ter SIDA surgiu bem diferenciada das restantes 20 situações tendo sido caracterizada como tendo consequências muito graves, a vítima sendo menos inocente e o sofrimento mais persistente e por isso foi a escolhida. Esta situação de vitimização parece-nos ainda particularmente relevante para o estudo da vitimização secundária porque, tal como nos recordam Herek e Glunt (1993), cada vez mais pessoas serão confrontadas com pessoas infectadas por HIV, bem como com os custos económicos associados à prevenção e ao tratamento da doença como, por exemplo, a distribuição de seringas

gratuitamente aos toxicodependentes. Além disso, a SIDA está associada à discriminação social, ao sofrimento físico e à morte e os seropositivos continuam a ser sujeitos a diversas formas de discriminação, nomeadamente na saúde, no trabalho, e nas relações interpessoais (Gros & DePuy, 1993; Comby et al., 1995, Pryor & Reeder, 1993).

A importância desta situação de vitimização motivou alguns estudos por parte dos autores da teoria da CMJ. Estes estudos (e.g. Furnham & Procter, 1992) mostraram que a CMJ está positivamente relacionada com a vitimização secundária dos seropositivos. No entanto, Ambrosio e Sheehan (1991) não encontraram qualquer relação entre as duas variáveis.

De acordo com os resultados de Weiner et al. (1988), dado que as vítimas seropositivas são percebidas como não-inocentes, para que a vítima seja percebida como inocente teremos de manipular a informação sobre as causas que levaram à situação de vitimização.

Neste primeiro estudo e tal como já referimos manipulámos a inocência da vítima, a CMJ do observador foi medida e a persistência do sofrimento foi controlada. A inocência da vítima foi operacionalizada com base nas razões que levaram a que o indivíduo ficasse seropositivo. A vítima era apresentada, ora tendo ficado seropositiva porque o preservativo que usou numa determinada relação sexual se rompeu (condição inocente), ora como tendo ficado seropositiva porque não usou preservativo numa determinada relação sexual (vítima não-inocente).

Os resultados mostraram que a vítima inocente foi julgada mais atraente e menos responsável comportamentalmente, foi menos desvalorizada, foi considerada como menos merecedora da vitimização e numa situação menos justa do que uma vítima não-inocente.

Os resultados revelaram ainda que as pessoas com elevada CMJ consideram a vítima mais merecedora do que lhe aconteceu do que as pessoas com baixa CMJ.

Não se verificou qualquer efeito de moderação da inocência da vítima na relação entre a CMJ dos observadores e as várias formas de vitimização secundária. No entanto, os resultados mostraram que é precisamente na condição em que os observadores com elevada CMJ se confrontam com uma vítima inocente, ou seja, em

que a ameaça à CMJ é maior, que as formas de vitimização secundária estão mais associadas. Assim, nesta condição os observadores parecem recorrer às estratégias de vitimização secundária simultaneamente, como se estivessem por todos os meios possíveis a tentar restaurar a sua percepção de justiça.

A ausência de efeitos conjuntos da CMJ e da inocência da vítima poderá também estar relacionada com o facto das formas de vitimização secundária terem sido operacionalizadas através de respostas que implicam reflexão, dado que a situação experimental faz apelo a um tipo de processamento controlado.

Este estudo mostrou, assim, que quando está envolvido o processamento controlado da informação, numa situação em que o sofrimento da vítima persiste, é importante considerar tanto a CMJ dos observadores como a inocência da vítima para compreender a vitimização secundária. No entanto, uma vez que neste estudo a variável persistência da vítima foi uma variável controlada, estes resultados deixam em aberto qual o impacto da persistência do sofrimento da vítima na vitimização secundária, nomeadamente através da sua interacção com a inocência da vítima e a CMJ do observador. Para tentar responder a esta questão, num segundo estudo considerámos, em simultâneo, estas três variáveis.

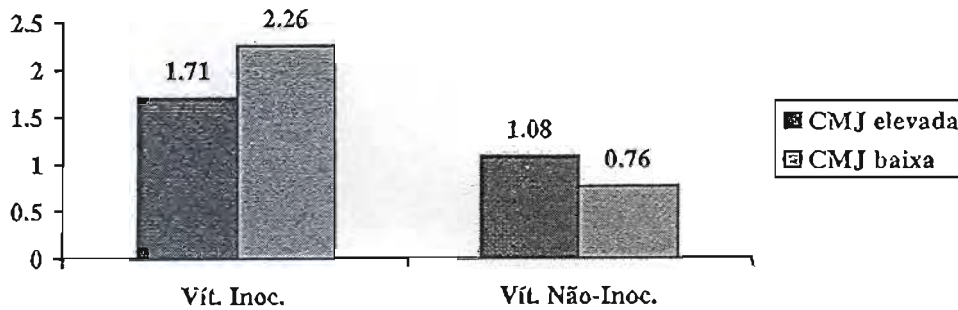
ESTUDO 2

Neste segundo estudo (Correia, 2001) pretendemos determinar o impacto da variável persistência do sofrimento na vitimização secundária, manipulando-a, dado que a teoria da CMJ prevê que a persistência do sofrimento e a inocência da vítima moderem o impacto da CMJ dos observadores na vitimização secundária, no sentido de que uma vítima inocente cujo sofrimento persiste é especialmente ameaçadora para as pessoas com elevada CMJ.

Pre vemos que os participantes com alta CMJ vitimizam mais a vítima do que os participantes com baixa CMJ, e que as vítimas inocentes serão menos vitimizadas secundariamente do que as vítimas não-inocentes. Esperamos ainda que a inocência da vítima e a persistência do sofrimento moderem o impacto da CMJ na vitimização secundária: a vítima não-inocente será igual-

FIGURA 1

Interação entre a CMJ do observador e a inocência da vítima na atractividade da vítima



mente vitimizada pelos participantes com elevada e baixa CMJ, enquanto que a vítima inocente cujo sofrimento persiste será mais vitimizada pelos participantes com alta CMJ do que pelos participantes com baixa CMJ.

A inocência da vítima foi manipulada do mesmo modo que no estudo anterior. A manipulação da persistência do sofrimento foi feita através de uma frase no texto sobre a persistência do sofrimento de X (designação a que recorreremos para o indivíduo seropositivo, com o pretexto de preservar o seu anonimato). Na condição de não persistência do sofrimento era dito aos sujeitos que «De acordo com os médicos, com assistência médica adequada há muitas esperanças de X conseguir sobreviver à doença», e na condição de persistência do sofrimento era dito aos sujeitos que «De acordo com os médicos, mesmo com assistência médica adequada não há esperanças de X conseguir sobreviver à doença».

Mais uma vez, e tal como se encontrou já no estudo anterior, a vítima não-inocente foi julgada menos atraente, mais responsável comportamentalmente, mais desvalorizada, mais merecedora e numa situação mais justa do que uma vítima inocente. Ao contrário do que tinha sido predito, quando consideramos a variável CMJ por si só, os participantes com elevada CMJ não vitimizaram mais a vítima do que os participantes com baixa CMJ, mas verificou-se um efeito conjunto entre a CMJ dos observadores e a inocência da vítima na atractividade da vítima. Tal como pre-

dito, os observadores com elevada CMJ e os observadores com baixa CMJ perceberam a vítima não-inocente como igualmente atraente, enquanto os observadores com CMJ elevada perceberam a vítima inocente como menos atraente do que os observadores com CMJ baixa (Figura 1). Este facto pode ser interpretado do seguinte modo: as pessoas com CMJ elevada, quando julgam uma vítima, tomam menos em consideração as condições que estiveram na base dessa vitimização e mais o facto dessa vitimização ter ocorrido, em comparação com as pessoas com baixa CMJ que fazem uma avaliação mais objectiva da vítima. Ainda o facto deste efeito se ter verificado na medida de atractividade e não na medida de desvalorização aponta para uma vitimização subtil e não flagrante (Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999).

Apesar dos resultados obtidos estarem parcialmente de acordo com as predições da teoria da CMJ, existem várias objecções teóricas à validade dos estudos sobre a CMJ que envolvem um processamento controlado da informação. De facto, Lerner (1987, 1998) e Lerner e Goldberg (1999) expressam algumas reservas quanto à avaliação da intensidade de CMJ de cada indivíduo através de medidas de auto-relato e justificam-no com base na evidência experimental que sugere fortemente que a CMJ implica um processamento *pré-consciente* ou *automático* e é uma crença *contra-normativa*. Na medida em que implica um processamento automático, esta crença não está acessível à introspecção e, ao ser

contra-normativa, tende a ser negada quando apresentada ao nível consciente.

Em relação ao carácter contra-normativo da CMJ, os estudos de Weiner et al. (1988) mostram que, quando os observadores avaliam as vítimas recorrendo a um processamento controlado da informação, fazem-no de acordo com o grau de inocência dessas vítimas e, assim, de acordo com estes estudos, não seria de esperar que ocorresse vitimização secundária de vítimas inocentes. No entanto, a evidência empírica mostra que essa vitimização secundária ocorre. Além disso, as afirmações de que o mundo é um lugar justo, expressas em cada uma das frases que integram as várias escalas de CMJ, dificilmente resistem a um processamento sistemático da informação, pelo que os indivíduos tendem mais a discordar do que a concordar com essas afirmações (Lerner, 1998). Assim, prosseguiremos a tentativa de compreender este problema através de um estudo em que está envolvido o processamento automático da informação.

ESTUDO 3

O terceiro estudo (Correia, 2001) tem como objectivo prosseguir a compreensão do impacto da CMJ, da inocência da vítima e da persistência do sofrimento na vitimização secundária. Neste estudo manipularam-se estas três variáveis.

O procedimento utilizado foi de primação¹ (*priming*) pós-consciente (Bargh, 1994): numa primeira tarefa, activámos determinadas unidades de conhecimento relacionadas com a CMJ e, numa segunda tarefa, supostamente não relacionada com a primeira, determinámos o impacto da activação dessas estruturas na vitimização secundária e nos julgamentos de justiça e merecimento quando o processamento automático está envolvido.

Assim, em vez de um paradigma em que a CMJ é uma variável medida com uma escala, e

que varia em termos de intensidade como em grande parte dos estudos desenvolvidos no âmbito desta teoria, a CMJ passa a ser uma variável manipulada experimentalmente. A activação da CMJ foi manipulada através de informação sobre os prováveis resultados de um investimento a longo prazo dos participantes, neste caso sobre as vantagens futuras de completar um curso superior. Era dito aos participantes, estudantes universitários, que esse seu esforço seria recompensado futuramente ou não. No primeiro caso pretendia-se diminuir a motivação para restabelecer a CMJ (primação de mundo justo) e, pelo contrário, no segundo pretendia-se aumentar a motivação para restabelecer essa crença (primação de mundo injusto).

O conjunto de evidência que apresentámos para induzir a manipulação de um mundo injusto/justo e, deste modo, respectivamente aumentar/diminuir a motivação para restabelecer a CMJ, refere-se a uma situação específica relacionada com o futuro próximo dos próprios indivíduos. Esta escolha da ameaça à CMJ baseia-se nos estudos que distinguem a CMJ para o próprio indivíduo da CMJ para os outros indivíduos em geral (Lipkus, Dalbert & Siegler, 1996) e que têm mostrado que a CMJ para o próprio indivíduo prediz mais fortemente a relação com os correlatos psicológicos do que a CMJ para os outros (e.g. Dalbert, 1999).

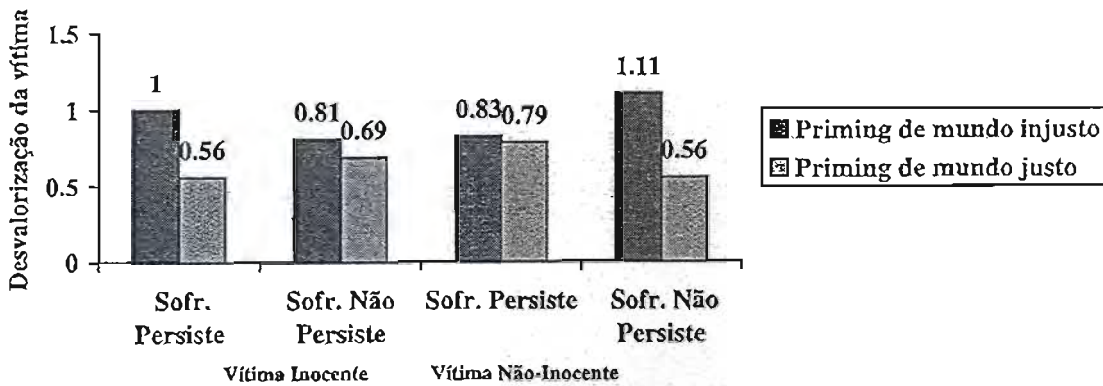
Teoricamente, podemos considerar que a CMJ ameaçada (na condição de primação de mundo injusto) pode ser funcionalmente equivalente à CMJ elevada, na medida em que em ambos os casos é grande a motivação para restabelecer a CMJ quando o indivíduo se depara com uma injustiça. Do mesmo modo, a CMJ reforçada (na condição de primação de mundo justo) pode ser considerada funcionalmente equivalente à CMJ baixa, na medida em que, em ambos os casos, é fraca a motivação para restabelecer a CMJ.

Os participantes eram convidados a participar em dois estudos. O primeiro consistia no confronto com os resultados de um suposto estudo sobre o sucesso e a satisfação de jovens profissionais. Depois desta manipulação, era dito aos participantes que os investigadores também estavam a estudar o que as pessoas pensam sobre os seropositivos e era-lhes apresentado o caso de um seropositivo, sendo-lhes pedido que respondessem de forma espontânea.

¹ A utilização do termo primação como tradução do termo «*priming*» foi proposta pela responsável por este número de *Análise Psicológica*, tendo os autores acordado com esta proposta para este artigo.

FIGURA 2

Interacção entre a activação da CMJ do observador, a inocência da vítima e a persistência do sofrimento na desvalorização da vítima



Mais uma vez, e tal como se encontrou já nos dois estudos anteriores, verificou-se uma avaliação da vítima de acordo com as normas sociais, o que se traduziu no facto da vítima não-inocente ter sido julgada menos atraente, mais responsável comportamentalmente e numa situação mais justa do que uma vítima inocente. Por outro lado, e de acordo com as predições, os participantes na condição de primação de mundo injusto desvalorizaram mais as vítimas do que os participantes na condição de primação de mundo justo.

O efeito de interacção tripla entre a activação da CMJ, a inocência da vítima e a persistência do sofrimento na variável desvalorização da vítima confirmou uma das predições fundamentais da teoria da CMJ: na condição em que a ameaça à CMJ é maior, ou seja, quando o observador se confronta com uma vítima inocente cujo sofrimento persiste, os participantes na condição de primação de mundo injusto desvalorizaram mais as vítimas do que os participantes na condição de primação de mundo justo (Figura 2). Um efeito que não era esperado, mas que está de acordo com a teoria, foi o facto da desvalorização ter sido maior quando os participantes na condição de primação de mundo injusto julgaram as vítimas não-inocentes cujo sofrimento não persiste, do que quando os participantes na condição de primação de mundo justo julgaram estas vítimas.

Este resultado pode indicar que também é uma ameaça à CMJ que os indivíduos que são não-inocentes possam ter oportunidade de escapar à vitimização. De facto, um mundo justo é não só um mundo em que aos «bons» acontecem coisas boas, mas também, em que aos «maus» acontecem coisas más.

O facto deste efeito de interacção se ter verificado numa medida de desvalorização, aponta para uma vitimização flagrante, isto é, há atribuição de traços negativos à vítima e não apenas, como aconteceu no Estudo 2 em que a discriminação foi mais subtil, apenas uma menor atribuição de características positivas.

CONCLUSÕES

Os estudos apresentados neste artigo têm como objectivo testar uma predição básica da teoria da CMJ: a de que os observadores com maior CMJ vitimizam mais uma vítima inocente cujo sofrimento persiste do que os observadores com menor CMJ. Os estudos que apresentamos neste artigo consideram o impacto conjunto de três variáveis que a teoria da CMJ considera importantes para prever a vitimização secundária: o grau de CMJ do observador, a inocência da vítima, e a persistência do sofrimento da vítima. O padrão global de resultados obtidos confirmou a impor-

tância destes três factores para compreender a vitimização secundária.

No Estudo 1 considerámos como variáveis independentes a CMJ dos observadores e a inocência da vítima. A persistência do sofrimento foi uma variável controlada, sendo neste caso o sofrimento considerado como persistente. Para avaliar o impacto da persistência do sofrimento da vítima, nos estudos 2 e 3 manipulámos também esta variável, ou seja, considerámos adicionalmente uma condição em que o sofrimento não persistia.

Nestes três estudos, os participantes com maior necessidade de restabelecer a CMJ, quer porque é elevada (Estudo 1 e 2) quer porque foi ameaçada (Estudo 3), vitimizam mais a vítima do que os observadores com menor necessidade de restabelecer a CMJ: considerando-a mais merecedora da situação em que se encontra (Estudo 1), numa situação mais justa do que os observadores com menor CMJ (Estudo 2), ou desvalorizando-a mais (Estudo 3).

Foram também obtidos efeitos que mostram a importância de considerar não apenas o efeito isolado destas variáveis, mas ainda o seu efeito conjunto. No que se refere à relação entre a CMJ do observador e a inocência da vítima encontrada no Estudo 2, ela está de acordo com a teoria e significa que os participantes com elevada CMJ fazem uma avaliação menos positiva da vítima inocente do que os participantes com baixa CMJ, enquanto no caso da vítima não-inocente não se verificaram diferentes avaliações da vítima. No Estudo 3, o efeito conjunto da activação da CMJ, da inocência da vítima e da persistência do sofrimento na desvalorização da vítima confirmou que quando a teoria prediz que a ameaça à CMJ é maior, há mais vitimização secundária; isto é, quando o observador se confronta com uma vítima inocente cujo sofrimento persiste, os participantes com maior necessidade de restabelecer a CMJ desvalorizaram mais as vítimas do que os participantes com menor necessidade de restabelecer a CMJ.

Assim, pensamos que o conjunto de estudos apresentados neste artigo mostra que para compreender a relação entre a CMJ e a vitimização secundária é necessário considerar o papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento, quer quando está envolvido o processamento controlado quer quando está en-

volvido o processamento automático da informação. Futuros estudos tentarão generalizar estes resultados a outras situações de vitimização e a outras operacionalizações da inocência da vítima, da persistência do sofrimento, bem como a outras formas de activar a CMJ.

Como esperamos ter mostrado ao longo do artigo, a vitimização secundária é um fenómeno muito frequente e comum nas sociedades ocidentais, contribuindo para o agravamento da situação das vítimas. A teoria da crença no mundo justo ao contribuir para explicar este fenómeno está a contribuir para a sua compreensão e, deste modo, para a possibilidade de prevenir a sua ocorrência. Esta área de estudos contribuirá assim para criar uma sociedade mais solidária e com menos discriminação, ou seja, uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- Ambrosio, A. L., & Sheehan, E. P. (1991). The just world belief and the AIDS epidemic. *Journal of Social Behavior and Personality*, 6, 163-170.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In Robert S. Wyer, & Thomas K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (Vol. 3, pp. 1-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Baugh, S. G. (1997). On the persistence of sexual harassment in the workplace. *Journal of Business Ethics*, 16, 899-908.
- Borgida, E. E., Brekke, N. (1985). Psychological research on rape trials. In A. W. Burgess (Ed.), *Rape and sexual assault: A research handbook*. New York: Garland.
- Brickman, P., Rabinowitz, V. C., Karuza, J., Coates, D., Cohen, E., & Kidder, L. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist*, 37, 368-384.
- Comby, L., Devos, T., & Deschamps, J. C. (1995). Croyance en un monde juste: Responsabilités comportementales et morales attribuées aux personnes séropositives. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 83-106.
- Correia, I. F. (2001). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2001). The effects of BJW and victim's innocence on secondary victimization, judgements of justice and victim's deservingness. *Social Justice Research*, 14, 327-341.

- Cubela, V. (1999). Impression about an ex-detainee person: Effects of target's sex and information about rape. In R. Roth (Ed.), *Psychologists facing the challenge of a global culture with human rights and mental health (Proceedings of the 55th Annual Convention of ICP)*. Langerich: Pabst Science Publishers.
- Dalbert, C. (1997). Coping with an unjust fate: The case of structural unemployment. *Social Justice Research, 10*, 175-189.
- Dalbert, C. (1998). Belief in a just world, well-being, and coping with an unjust fate. In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 87-106). New York: Plenum Press.
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: About the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research, 12*, 79-98.
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource. Dealing with challenges and critical life events*. New York: Plenum Publishers.
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier skalen. *Psychologische Beiträge, 29*, 596-615.
- Figueiredo, C. (1981). *Dicionário da Língua Portuguesa* (16.^a ed). Lisboa: Livraria Bertrand.
- Fumham, A., & Procter, E. (1992). Sphere-specific just world beliefs and attitudes to AIDS. *Human Relations, 45*, 265-280.
- Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (1987). Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada.
- Gros, D., & De Puy, J. (1993). *Piegés par le virus: Sida et discriminations dans la vie quotidienne*. Berne: Editions Staepfli+Cie SA.
- Hafer, C. (2000). Investment in long-term goals and commitment to just means drive the need to believe in a just world. *Personality and Social Psychology Bulletin, 26*, 1059-1073.
- Heaven, P. C. L., & Connors, J. (1988). Personality, gender and just world beliefs. *Australian Journal of Psychology, 40*, 261-266.
- Herbert, T. B., & Dunkel-Schetter, C. (1992). Negative reactions to victims: An overview of responses and their determinants. In L. Montada, S. H. Fillip, & M. J. Lerner (Eds.), *Life crises and experiences of loss in adulthood* (pp. 497-518). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Herek, G. M., & Glunt, E. K. (1993). Public attitudes toward AIDS-related issues in the United States. In J. B. Pryor, & G. D. Reeder (Eds.), *The social psychology of HIV infection* (pp. 229-261). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Horowitz, I. A. (1968). Effects of choice and locus of dependence on helping behavior. *Journal of Personality and Social Psychology, 8*, 373-376.
- Kiecolt-Glaser, J. K., & Williams, D. A. (1987). Self-blame, compliance and distress among burn patients. *Journal of Personality and Social Psychology, 53*, 187-193.
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly, 14*, 343-353.
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Lerner, M. J. (1987). Integrating societal and psychological rules of entitlement: The basic task of each social actor and fundamental problem for the social sciences. *Social Justice Research, 1*, 107-125.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: Some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 247-270). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J., & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims?: The differing effects of the explicit/rational and implicit/experiential cognitive systems. In S. Chaiken, & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology*. New York: Guilford.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the «innocent victim»: Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology, 4*, 203-210.
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 666-677.
- Machado, J. P. (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (3^a ed). Lisboa: Livros Horizonte.
- Maes, J. (1994). Blaming the victim: Belief in control or belief in justice? *Social Justice Research, 7*, 69-90.
- Maes, J., & Montada, L. (1989). Verantwortlichkeit für Schicksalsschläge: Eine pilotstudie. *Psychologische Beiträge, 31*, 107-124.
- Montada, L. (1998). Belief in a just world: A hybrid of justice motive and self-interest? In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 217-246). New York: Plenum Press.
- Nishimura, H., & Takahashi, Y. (1988). A study on victimization and its correlates among the aged: I. Various aspects of victimization and the vulnerability of victims to harms. *Reports of National Research Institute of Police Science, 29*, 44-61.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology, 25*, 57-75.

- Pryor, J. B., & Reeder, G. D. (1993). Collective and individual representations of HIV/AIDS stigma. In J. B. Pryor, & G. D. Reeder (Eds.), *The social psychology of HIV infection* (pp. 263-286). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Schopler, J., & Matthews, M. W. (1965). The influence of perceived causal locus of partner's dependence on the use of interpersonal power. *Journal of Personality and Social Psychology*, 2, 609-612.
- Skinner, E. A. (1996). A guide to constructs of control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 549-570.
- Smith, K. B. (1985). Seeing justice in poverty: The belief in a just world and ideas about inequalities. *Sociological Spectrum*, 5, 17-29.
- Snyder, M. L., Kleck, R., Strenta, A., & Mentzer, S. (1979). Avoidance of the handicapped: An attributional ambiguity analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 2297-2306.
- Sontag, S. (1998). A doença como metáfora e a Sida e as suas metáforas. Lisboa: Quetzal Editores.
- Stein, G. M. (1973). Children's reactions to innocent victims. *Child Development*, 44, 805-810.
- Vala, J. (1993). Valores Socio-Políticos. In L. França (Ed.), *Portugal: Valores europeus - Identidade cultural*. Lisboa: IED.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racimos em Portugal: Perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais.
- Weiner, B., Perry, R., & Magnusson, J. (1988). An attributional analysis of reactions to stigmas. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 738-748.

RESUMO

Os estudos apresentados neste artigo têm como objectivo testar a predição básica da teoria da crença no mundo justo (CMJ) de que os observadores com maior CMJ vitimizam mais uma vítima inocente cujo sofrimento persiste do que os observadores com menor CMJ. De facto, de acordo com esta teoria, a reacção de

um observador a uma vítima é influenciada por três factores: o grau de CMJ do observador, a inocência da vítima, e a persistência do sofrimento da vítima. No entanto, até ao momento nenhum estudo tentou determinar o impacto destes três factores em conjunto. Os estudos que apresentamos neste artigo analisam o impacto conjunto dessas três variáveis na vitimização secundária. Os resultados mostraram que os participantes com maior necessidade de restabelecer a CMJ, quer porque é elevada (Estudo 1 e 2) quer porque foi ameaçada (Estudo 3), vitimizam mais a vítima: consideram-na mais merecedora da situação em que se encontra (Estudo 1), numa situação mais justa do que os observadores com menor CMJ (Estudo 2) e desvalorizam-na mais (Estudo 3).

Palavras-chave: Crença no mundo justo, vítimas, vitimização secundária, justiça.

ABSTRACT

The goal of the studies presented in this article is to test the basic prediction of the belief in a just world (BJW) theory according to which observers that are high believers in a JW victimize more an innocent victim whose suffering persists than observers that are low believers in a JW. In fact, this theory predicts that three factors determine the reaction of an observer towards a victim: the observers' BJW, the innocence of the victim and the persistence of the victim's suffering. However to date no study tried to determine the joint impact of these three factors. The studies presented in this article analyse the joint impact of these three factors on secondary victimization. The results show that participants who most need to re-establish their BJW, either because it is high (Study 1 and 2) or because it has been threatened (Study 3), victimize the victim more: they regard the victim as being more deserving of the situation in which he/she finds himself/herself (Study 1), in a fairer situation than observers with a lower level of BJW (Study 2), and they devalue the victim more (Study 3).

Key words: Belief in a just world, victims, secondary victimization, justice.